

A SRA. PRESIDENTE (Zeidan) - Às 10h10 do dia 25 de junho de 2021, na qualidade de Presidente da Comissão de Habitação, Política Urbana e Assuntos Fundiários, dou início à abertura dos trabalhos, contando com a presença do nosso querido Deputado Waldeck Carneiro, que solicitou essa audiência à nossa Comissão. Parabéns, Waldeck. Estamos aqui fazendo uma audiência em conjunto, como Presidente da Comissão Especial para Acompanhar a Implementação do Novo Modelo de Governança de Região Metropolitana. O objetivo hoje é discutirmos as políticas de habitação e regularização fundiária no Estado do Rio de Janeiro.

Eu dou bom-dia a todos e agradeço muito a presença. Agradeço ao nosso Secretário, Allan Borges; aos representantes do nosso IARIM(?), do Iterj, à Patrícia; ao Professor da UFF, o Carlos Guanzirrol; ao representante da NUTH, nossa querida Viviane Tardelli, o Ricardo; aos nossos amigos comprometidos com a causa, com a nossa luta, Jessé, Emília, Valéria, David Gomes e Rosane; ao Vinícius, representando o mandato do nosso querido e velho amigo, o Deputado Eliomar Coelho; à Juliana Pimentel, de Belford Roxo - minha conterrânea; sou fundadora do nosso partido lá em Belford Roxo, sou da Baixada -; e ao nosso Secretário de Estado das Cidades, nosso querido Thiago Laranjeiras. Obrigada a todos pela presença.

Não sei se eu esqueci de mencionar alguém, porque eu não tenho acesso a todos aqui no Zoom. Vamos aguardar, pois nós fizemos o convite para o Ministério Público, mas não estou vendo nenhum representante ainda.

Eu tenho agendado um compromisso com mais uma Comissão e uma reunião. Tudo aglomerado. Quase praticamente no mesmo horário. Então, eu vou fazer minha fala aqui - viu, Deputado Waldeck? - e passar a Presidência para o Deputado Waldeck, que é Presidente da Comissão que acompanha a Região Metropolitana, para que a gente dê os encaminhamentos, e espero que, ao final dessa audiência, a gente consiga, com tanta representatividade, encontrar um eixo de ação de políticas públicas para que não se veja novamente essas tragédias que a gente tem visto aí não só na Muzema, dois anos atrás, e agora lá no Rio das Pedras e esse problema político que a gente enfrenta do déficit habitacional que a gente tem no Estado.

Nós vivemos hoje esse momento de crise sanitária, com uma pandemia. O nosso Prefeito Eduardo Paes, o Governador Cláudio Castro, junto com a parceria da Alerj, Presidente André Ceciliano, tentam, a todo custo, ajudar ao máximo para que a gente possa evitar mais mortes no Estado, mas essa crise sanitária vem junto com uma crise financeira. E hoje nós temos - e isso é uma das questões que eu quero frisar aqui - temos aprovado 250 milhões para investir em habitação, para que a gente possa diminuir esse déficit habitacional e resolver alguns problemas emergenciais aqui no Estado do Rio, principalmente na Região Metropolitana. E isso já no meio do ano.

Secretário Allan, gostaria muito que o senhor abordasse isso na sua fala. Nós não usamos nem cinquenta milhões ainda. Eu sei que o Estado passa por uma grave crise, mas vimos aí uma tragédia acontecendo, fora a questão do déficit. Nós hoje apresentamos a segunda unidade com o maior déficit habitacional aqui do Estado, do Brasil, que é de quase quinhentos mil - 476 mil unidades habitacionais. Relembrando, eu vou até citar aqui uns números, desses 475 mil de déficit, 60% disso são de pessoas que pagam, que comprometem a sua renda com mais 30% no aluguel. 28,8, quase 30% de coabitação. E 11,2 são unidades precárias.

Eu sei que as pessoas têm muito receio de tocar nesse assunto, mas a gente aprovou aqui uma lei - uma lei até de minha autoria - já foi sancionada pelo Governador. Já tem aí um ano. A Marielle, na época, conseguiu aprovar na Câmara Municipal. É uma lei que garante assistência técnica nas comunidades de periferia, nas nossas favelas, enfim. Seriam engenheiros, arquitetos contratados para que possam estar acompanhando. E, se essa lei já estivesse lembrando do nosso querido Carlos Minc, que luta para que as leis sejam implementadas e executadas - estivesse sendo executada, nós não teríamos tido essa tragédia que foi há pouco tempo no Rio das Pedras. Com a presença dessa assistência técnica, a gente pode acompanhar os imóveis nessas comunidades. Até porque a gente tem um envolvimento de milicianos, que fazem toda essa articulação nessa negociação de imóveis; imóveis que arriscam a vida das pessoas na comunidade.

Então, é uma lei que eu gostaria que fosse abordada, que a gente levasse a sério, para que a gente tenha no Estado esses profissionais acompanhando, para que se evitem tragédias como essas.

Além da questão orçamentária, Secretário... Eu estou falando direto com o Secretário, que é o nosso representante do Poder Executivo Estadual. O Tribunal de Contas, com o nosso... Em relação à questão do FEHIS, nós aprovamos também o Conselho Gestor - viu, Deputado Waldeck? -, que não foi implementado ainda. Um Conselho onde nós teríamos representantes da comunidade civil para acompanhar o FEHIS.

E, na Sepel(?), Secretaria de Cidades. Tem o nosso Secretário aí, eu acho que isso é uma questão emergencial para que a gente discuta com representantes da sociedade civil essas políticas públicas que são emergenciais para o nosso Estado e para o nosso Município também do Rio de Janeiro.

Aproveito a oportunidade para saudar a nossa Presidente do Iterj, a Patrícia Damasceno. Nós vamos entrar em recesso, mas eu vou solicitar uma audiência. Acho que seria muito interessante se o Deputado Waldeck estivesse comigo, já que estamos fazendo essa audiência em conjunto, porque nós fizemos já muitas ações junto com o Iterj. Ao longo do meu mandato, desde a posse, em 2015, quando assumi essa Comissão, nós fizemos várias ações com as comunidades quilombolas, algumas comunidades indígenas que nós temos no Estado, e o Iterj tem um papel fundamental nessas ações do Estado na questão da regularização de algumas comunidades, enfim. Então, essa parceria com o Iterj é fundamental aqui para que a gente, em conjunto, implemente o que nós decidimos aqui como prioridade. Hoje o Iterj atua com doze ou mais, se eu não me engano, comunidades quilombolas. Eu, como Parlamentar, fui aprovando ao longo desses anos várias comunidades quilombolas como Patrimônio Histórico, exatamente pensando na preservação. E, nesse momento de conjuntura, em que a gente vê no país as comunidades indígenas também sendo ameaçadas, é importante que a gente tenha esse olhar de prioridades além da redução do déficit habitacional, que é muito alto no nosso Estado.

Eu estou com a minha assessoria aí, e está aqui também a assessoria do Deputado Eliomar Coelho. Eu realmente estou impossibilitada de acompanhar essa discussão até o final, mas eu vou passar a presidência para o Deputado Waldeck, que nos representará aqui na Alerj muito bem. E, em conjunto, nós poderemos estar com vocês fazendo as ações prioritárias que nós conseguimos elencar hoje nessa audiência.

Então, novamente, quero agradecer a presença de todos. Agradecer em especial o Deputado Waldeck por ter solicitado essa audiência como prioridade aqui na nossa agenda, antes do recesso, e conto aí com a sabedoria, colaboração e o compromisso de todos para que a gente possa, ainda este ano, resolver algumas situações emergenciais que nos afligem em relação à questão da habitação no Estado e no Município do Rio.

Obrigada.

Passo a Presidência para o Deputado Waldeck Carneiro.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. WALDECK CARNEIRO)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Deputada Zeidan, que preside a Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários da Alerj, que hoje promove, em conjunto com a nossa Comissão Especial da Região Metropolitana, esta audiência pública sobre políticas de habitação e regularização fundiária no Estado do Rio de Janeiro.

A gente vai continuar a audiência. A Zeidan já fez uma saudação a todas as representações presentes na audiência, representações governamentais, dos movimentos sociais, da Universidade, dos órgãos autônomos, como é o caso da Defensoria. E agradeço, Zeidan, por essa abertura, por ter trazido já alguns pontos relevantes para o debate. Fique tranquila, pode dar sequência à sua agenda, que a gente continua por aqui. A assessoria dos nossos mandatos segue

conosco aqui, do Eliomar também, a assessoria do Flávio Serafini, também está presente aqui e a assessoria do Deputado Luiz Paulo. Portanto, estamos com uma audiência bem representativa. Agradeço, Zeidan. Pode dar sequência às suas atividades. Boa jornada.

A SRA. ZEIDAN - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Eu já anuncio que nós vamos ter, no primeiro bloco de intervenções, a Patrícia Damasceno, que é Presidente do Iterj, a quem eu saúdo mais uma vez; a Rosana Barbosa, que é Diretora de Operações Imobiliárias da Cehab; o Professor Carlos Guanzirrol, meu colega na Universidade Federal Fluminense; e pelo Fórum Estadual de Luta por Moradia, no primeiro bloco, dividirão a fala a Emília Maria de Souza e o David Gomes Santos.

Eu quero simplesmente, antes de começar essa primeira rodada com os blocos de intervenções, ressaltar alguns aspectos que estruturam essa audiência pública, mas, mais do que essa audiência pública, estruturam o debate que se faz do Rio de Janeiro já há algum tempo em torno dessas políticas, que são políticas, digamos, que se articulam, de habitação e de regularização fundiária.

Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar que nós estamos tratando, quando falamos de habitação, Dra. Viviane Tardelli, nós estamos falando de um direito constitucional. Um direito constitucional é um direito humano. Consequentemente, não estamos tratando de um tema qualquer, um tema trivial. É um tema indispensável para afirmação dos direitos de cidadania e para afirmação da própria condição humana. Isso é importante ressaltar.

Em segundo lugar, eu quero lembrar que nós temos previsão, Subsecretário Allan Borges, que conhece bem a pauta também, nós temos previsão de lastro financeiro específico para as políticas de habitação de interesse social sobre a forma do nosso Fundo, o FEHIS, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, que tem receitas a ele vinculadas. Receitas inclusive que derivam do nosso Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, o FECF. Entretanto, o Estado do Rio de Janeiro, há algum tempo, não vem cumprindo o preceito fixado na legislação de executar os 5% do FECF destinado ao FEHIS. Aliás, isso foi inclusive objeto mais uma vez, mais uma vez, no exame das contas do ano de 2020, Governos Wilson Witzel e Cláudio Castro. Tendo em vista que o Cláudio Castro assumiu o governo interinamente em agosto do ano passado, então, no exame das contas de 2020, o Tribunal de Contas do Estado, que rejeitou as contas, rejeitou, entre outros argumentos - não foi apenas esse - mas, entre outros argumentos, pelo descumprimento da execução dos recursos fixados na legislação para o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Então, isso me parece um tema importante também, porque tem repercussão social, tem repercussão inclusive sobre a Governança Pública, tendo em vista que foi objeto de sanção da Corte de Contas, do Órgão de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto que quero mencionar - a Zeidan já fez referência, eu não vou aqui repetir - até porque eu tenho um dado que é de 2017, da Fundação João Pinheiro, que nós conhecemos, de Minas Gerais, mas que dava conta que, no Estado do Rio de Janeiro, considerando habitações precárias, considerando coabitações e considerando ônus excessivo com aluguel, o déficit habitacional no Estado do Rio de Janeiro, segundo este dado da Fundação João Pinheiro, ultrapassava as quinhentas mil unidades habitacionais. Portanto, nós estamos falando algo, de algo de pouca monta. Aliás, o que em boa medida justifica, do ponto de vista da análise social, o processo de ocupações que estão em curso no Rio de Janeiro. Nesse momento em que fazemos essa audiência pública, tem algumas ocupações em andamento, no Rio de Janeiro. Entre elas, algumas grandes. Eu ressaltaria a ocupação em Itaguaí, ressaltaria a ocupação no Parque Aeroporto, em Campos dos Goytacazes, enfim. Então, para ressaltar o impacto social, o rebatimento social que o problema que o déficit habitacional é capaz de provocar com repercussões significativas.

Outro aspecto que ainda é importante ressaltar tem a ver com uma possibilidade que nós temos discutido na Alerj - eu inclusive apresentei um projeto de lei em diálogo com o Instituto Rio Metrópole (e vejo aqui o Presidente Bernardo Santoro, a quem saúdo mais uma vez) - sobre a possibilidade de apostar num modelo de política de habitação de interesse social que dê algum peso para a modalidade autogestionária. Nós já temos experiências do Brasil interessantes, que não devem ser descartadas nem desconsideradas; ou seja, alternativas em que os próprios movimentos sociais, os próprios coletivos organizados, com o devido assessoramento técnico evidentemente, são capazes de assumir a governança, a gestão dos processos de construção de habitação de interesse social, como aconteceu no Brasil, no âmbito do Minha Casa Minha Vida, vertente Entidades. Então, essa não é uma experiência zerada, não é uma experiência que começariamos do zero. Ao contrário, temos algum acúmulo que eu quero aqui também mencionar.

Quero também mencionar uma necessidade. A Zeidan pontuou, e me parece fundamental. Só a Cidade do Rio de Janeiro, só o Município do Rio de Janeiro tem mais de mil territórios de favela. Só no Município do Rio. E a gente vê em muitos lugares processos de construção de habitações e de ampliação de habitações em alguns casos até com a devida regularização, mas sem nenhum assessoramento, sem nenhuma participação do Poder Público, uma orientação técnica a esses empreendimentos. Inclusive em Niterói, não sei se já tomaram conhecimento, mas é um compromisso assumido pelo Prefeito Axel Grael. Até ele denominou o programa de Arquiteto de Família. Aliás, é um jogo de palavras, é um paralelismo com os programas de saúde da família, de médico de família, mas a ideia do programa Arquiteto de Família é o Poder Público prestar um assessoramento técnico permanente aos processos de ampliação, enfim, os tais puxadinhos que acontecem por aí. Se forem suscetíveis de regularização, essa regularização não deve ser apenas de natureza legal, mas de natureza técnica também. Isso é muito importante levar em conta. Sem falar, sem falar na questão relacionada a um dos problemas mais graves do Rio de Janeiro, senão o mais grave problema do Estado, sobretudo na Região Metropolitana, que é o avanço das milícias, o avanço das milícias, inclusive assumindo um papel - digamos assim, Bernardo - de incorporadores imobiliários agora. Um processo ostensivo de grilagem de terras na Zona Oeste, e em muitos lugares, com construções clandestinas, construções irregulares, o que se dá em boa medida pela ausência do Estado, pela ausência do Poder Público, pela ausência de políticas públicas que deem conta desse repertório de demandas sociais.

Então, são algumas questões que eu queria aqui brevemente pontuar. O Professor Carlos, que vai falar no primeiro bloco, vai tratar detidamente da questão da regularização fundiária, que é fundamental, para dar segurança jurídica às famílias, para valorização dos imóveis. Mas, de qualquer maneira, são algumas questões que nos preocupam. A Comissão da Região Metropolitana, que foi instituída em 2019, desde que entrou em vigor a Lei Complementar 184/2018, que institui as diretrizes de governança da Região Metropolitana, eu, o Deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha e o Deputado Eliomar Coelho fazemos parte dessa Comissão Especial, e temos trabalhado nesse tema desde então. É uma constatação inequívoca para nós. Nesses três anos de trabalho sistemático... Aliás, três anos não, porque essa Lei Complementar 184, eu acho que o Allan se lembra disso, não sei se a Rosane se lembra, é oriunda de uma mensagem do Poder Executivo que chegou na Assembleia em 2015. Então, ela foi...

O SR. ALLAN BORGES - Eu lembro.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Não é isso? Ela foi debatida por cerca de três anos, por cerca de três anos. Entrou em vigor como lei complementar no final, em dezembro de 2018. Então, já faz seis anos que nós estamos debruçados sobre esse tema, e há uma constatação para nós que é inequívoca. Se tem três grandes problemas... Tem mais, tem mais. Nós vivemos no Estado mais metropolizado do Brasil, com adensamento populacional absurdo na nossa Região Metropolitana, com cerca de 75% da população fluminense aqui concentrada. É um megadesafio para todos nós que estamos na gestão pública, no Parlamento, nos movimentos sociais. É um megadesafio, mas se tem três problemas - digamos assim - proeminentes na Região Metropolitana, eu não tenho dúvida de que eles são a mobilidade, o saneamento e a habitação popular. Por isso a gente precisa tratar cada vez com mais vagar, com mais cuidado e com efe-

tividade essa pauta. Portanto, faço aqui essa brevíssima introdução, e já passando a palavra para esse primeiro bloco de intervenções, à Patrícia Damasceno, que preside o Iterj, o Instituto de Terras do Estado. Agradeço demais à Patrícia, pela presença. Agradeço pelo trabalho de sua equipe. É um prazer tê-la aqui e ouvi-la, Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA DAMASCENO - Obrigada, Deputado. Bom dia a todos.

A gente chega aqui no Iterj... Tem uma semana que eu estou aqui na Presidência do Iterj. A gente tem um desafio muito grande pela frente, mas um compromisso maior ainda com a política de habitação de interesse social. Eu acho que é importante a gente ressaltar que a gente vem com uma expectativa muito boa de alcance do que é preciso ser feito para essa política. Então, a gente implementar e fazer acontecer, sabe? A gente tem aí um compromisso do pacto. São 72 mil títulos... A gente vai ter o lançamento do Pacto muito em breve. A gente tem... O compromisso do Governador, o apoio na Secretaria de Cidades para poder receber o suporte financeiro, o recurso necessário para cumprimento e implementação do Pacto. E a gente conta também... Nós temos aqui quatro projetos com o Professor Carlos. Eu acho que ele não está aí, né? Não está ouvindo. Temos aí o alcance de cinco mil famílias através desses projetos. Inclusive a Fazenda Inoá, que é muito importante para todos nós. Temos um projeto com a Professora Regina também. Então, a gente conta com o apoio e a parceria das faculdades, das Universidades, que é implementar esse desafio que a gente tem pela frente.

A minha fala é breve, mas estou aqui à disposição de todos vocês para reunir, para a gente formar aí o que é preciso e aprofundar. Tenho a disponibilidade completa e total intenção de fazer acontecer e dar certo.

Está bom, queridos? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigada, Patrícia. Boa sorte. Espero que a gente interaja bastante e espero que a gente possa ter êxito na sua gestão no trabalho do Iterj, porque o seu êxito será o êxito do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. PATRÍCIA DAMASCENO - Com certeza, com certeza. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Agradeço. Contamos com você na audiência aqui, porque certamente surgirão questões e perguntas que o Iterj poderá encaminhar. Sabendo que você chegou há pouco tempo. Sabemos desse limite, mas é importante sua presença conosco.

A SRA. PATRÍCIA DAMASCENO - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigada. Eu passo a palavra ao Subsecretário Allan Borges para fazer a sua manifestação inicial.

O SR. ALLAN BORGES - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Bom dia, Allan. Desculpe. Eu peço a todos que fechem os microfones, para deixar apenas o orador com o microfone aberto, por gentileza. Eu mesmo tenho fechado o meu aqui. Agradeço a todos.

O SR. ALLAN BORGES - Bom dia, Deputado Waldeck, a quem tenho muita honra de já conhecer há algum tempo, de trajetórias de luta pela moradia, luta pela educação pública de qualidade e especialmente luta pela emancipação da população dos territórios populares e os bloqueios de suas vulnerabilidades sociais. Tenho muito orgulho de estar participando de uma audiência convocada por Vossa Excelência e pela Deputada Zeidan, que são dois Parlamentares com um mandato republicano e de compromisso público. Representam muito bem seus eleitores, viu, Deputado?

Minha colega, a nova Presidente do Iterj, a Secretaria de Cidade; meu colega de trabalho Bernardo, Presidente da Câmara Metropolitana; e aos demais membros aqui que participam, seja pela sociedade civil ou pela assessoria dos mandatos. O Deputado Waldeck já me conhece, sabe que eu tenho uma tradição e uma trajetória social e política que vêm oriundas dos movimentos sociais.

Hoje eu estou num desafio - viu, Deputado Waldeck? - de assumir a Pasta da Habitação na Secretaria de Infraestruturas e Obras, cujo representante da Pasta é o Deputado, seu colega, Max Lemos. Eu tenho muita honra de ter sido convidado por ele e aceitar esse desafio que discutir obviamente habitação de interesse social e formas de construção de um projeto de desenvolvimento dessas iniciativas, uma vez que conhecemos a trajetória da política habitacional no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro e que, evidentemente, o Estado, do ponto de vista, da sua política pública, precisa reconhecer. E aí, aqui como Subsecretário, representante do Secretário Max, o Estado precisa construir uma agenda de desenvolvimento neste tema e nesta pauta.

Existem, por óbvio, ações que são pontuadas e coordenadas por órgãos que, de maneira direta ou indireta, da Administração Pública executam seu trabalho de rotina. Mas esse trabalho de rotina, eu, como gestor público, reconheço que não resolverá quinhentas mil unidades habitacionais de déficit que nós temos no Estado do Rio de Janeiro. É preciso muito mais. No entanto, sabemos também - o senhor é parlamentar, ajudou a aprovar o Regime de Recuperação Fiscal -, sabemos das dificuldades de investimento e eventual reinvestimento que o Estado do Rio de Janeiro vem vivendo desde a gestão do Governador Pezão até hoje, na gestão do Governador Cláudio Castro. Passamos por um processo, especialmente de 2019 para cá... Estou fazendo uma pontuação - viu, Deputado Waldeck? - política só para contextualizar, também para quem participa, em que cenário institucional, político nós estamos conversando e convivendo atualmente no Estado do Rio de Janeiro, para que a gente possa também efetivamente entrar numa agenda técnica, mas sem desconstruir com o cenário político, porque também é importante. Então, eu queria dedicar esses primeiros três minutos só para contextualizar isso, não para pedir benevolência ou qualquer outra argumentação que possa valer, mas é para que a gente não desconfigure a política da técnica, porque é importante também. Por isso que a gente deve reconhecer também o papel dessa Casa Legislativa, onde estou participando neste momento da audiência pública, em ajudar nos investimentos do Estado, e só por isso o Estado vem conseguindo avançar em algumas pautas específicas.

O Governador Cláudio Castro vai lançar - eu não vou dar o spoiler - lançar o Pacto RJ que tem um conjunto de ações de investimentos em áreas de saneamento e em áreas de interesse social e também de desenvolvimento de moradias e urbanização de assentamentos precários. Essa é uma pauta que vai ser possível ser tocada justamente por conta da venda da Cede e do que esse dinheiro, que vem para ser investimento em infraestrutura, será dimensionado para que o conjunto das Secretarias e órgãos indiretos da Administração Pública possam tocar a sua pauta com mais musculatura.

Eu entendo, e o Secretário Max também, que moradia é um componente estratégico para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, mas também entendemos que temos um passivo com essa população. Passivo esse que, independente do valor que exista ou não no Fundo Estadual de Interesse Social, se reverbera também na capacidade de gastar esse Fundo, de ser bem gasto esse recurso. E, de fato, quando a gente acompanha... E aí eu não tenho problema em dizer isso, apesar de ter assumido há pouco tempo, há menos de uma semana, a Subsecretaria, que o Fundo não foi executado a contento, nem do ponto de vista para a sociedade civil nem do ponto de vista do Governo. E o Governo... Uma das orientações do Secretário Max e também do Governador Cláudio Castro é que nós devemos fazer com que o recurso do FEHIS seja investido realmente nos assentamentos precários que nós temos necessidade. Diante disso, eu quero comentar com vocês alguns pontos do que a atual gestão do Secretário Max considera estratégico e nós temos de objetivos.

Eu vou comentar do ponto de vista técnico, Deputado, o que nós temos de intenção de gestão para tocar o Fundo de Interesse Social e também de construir, junto com esse Parlamento e a sociedade civil organizada, a maturação dessa estratégia.

Primeiro, do ponto de vista dos objetivos, nós precisamos deixar claro que seja a Cehab, assim como a Subsecretaria de Habitação, ela precisa entrar imediatamente numa agenda de melhorias habitacionais de interesse social, porque o dinheiro que nós temos no Fundo não tem musculatura financeira para construir grandes empreendimentos de curto prazo. Porque nós temos ali - sei que o Depu-